

ESCmagazine

Agosto, 2025

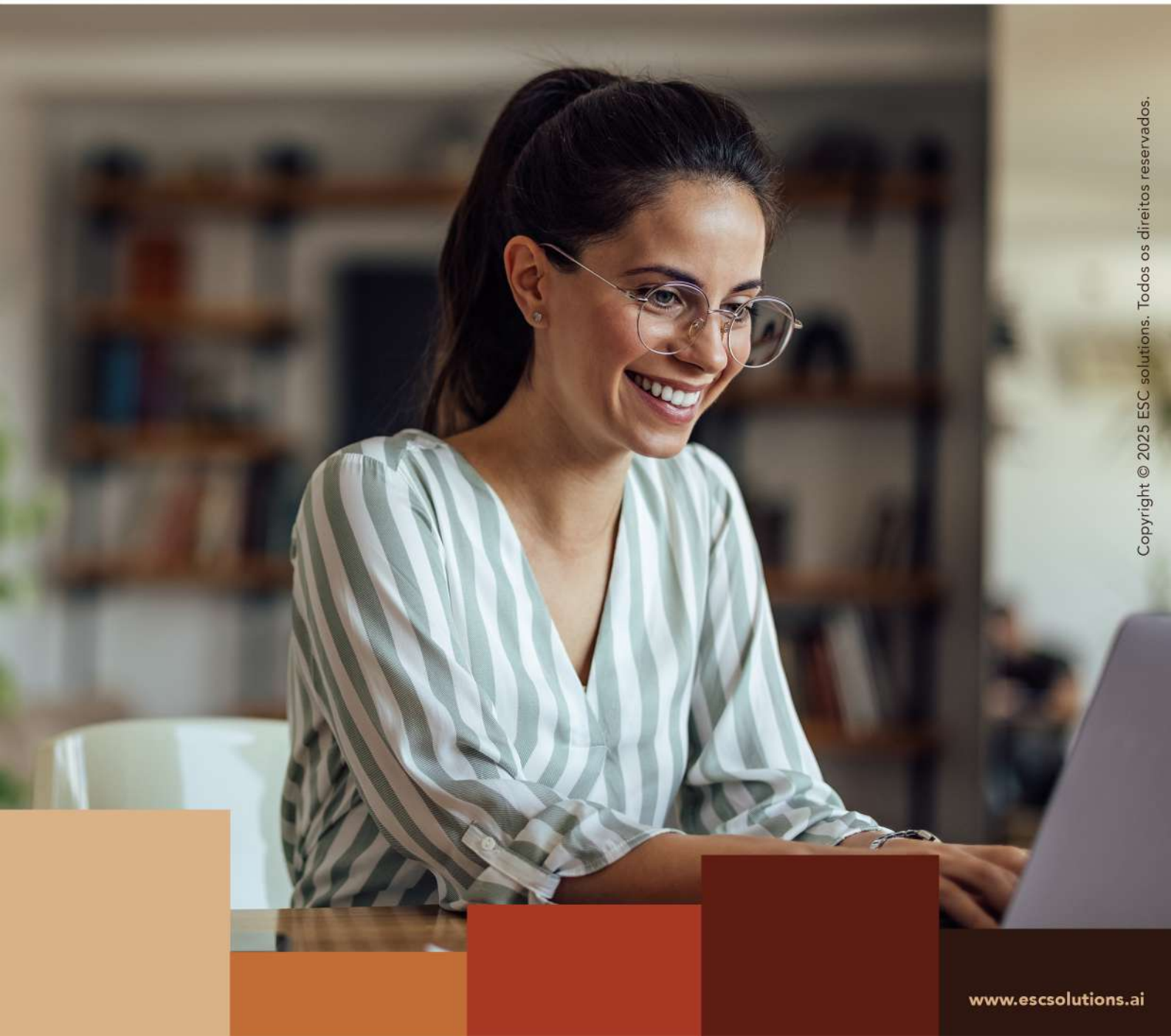
**Saiba tudo sobre as
Empresas Simples de Crédito (ESC)**
Crescimento, Desafios
e Oportunidades no
Mercado de Crédito

Copyright © 2025 ESC solutions. Todos os direitos reservados.

Conteúdo

Editorial e apresentação da ESC solutions

1. Cenário Atual do Mercado de Crédito no Brasil
2. Ascensão das ESCs e Formação da Taxa de Juros
3. Correlação entre Juros Altos e Risco de Crédito
4. Conclusão



Esta revista visa oferecer informações estratégicas e práticas sobre o mercado de Empresas Simples de Crédito (ESC), proporcionando aos empresários e investidores conhecimento aprofundado sobre oportunidades, desafios e recomendações fundamentais para atuação e crescimento nesse segmento promissor.

ESC solutions

A ESC solutions é uma empresa especializada no desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à viabilização do crédito de forma legal, segura e eficiente em todo o território nacional. Fundada por empresários com sólida atuação no setor de crédito e comprovada expertise no desenvolvimento de softwares de alta performance, a ESC solutions atende a Empresas Simples de Crédito (ESCs), Securitizadoras, FIDCs e demais agentes do mercado, oferecendo produtos e serviços que promovem eficiência, conformidade e inovação.

www.escsolutions.ai





1. Cenário Atual do Mercado de Crédito no Brasil

O montante de empréstimos efetuados pelas ESCs, embora crescente, permanece muito pequeno em relação ao crédito dos grandes bancos. Em 2022, todas as ESC do país concederam juntas cerca de R\$ 582 milhões em empréstimos até setembro. Isso é uma fração ínfima quando comparado ao crédito para pequenos negócios concedido pelo sistema financeiro tradicional: aproximadamente R\$ 366 bilhões somente em 2022 foram emprestados a micro e pequenas empresas pelas instituições financeiras estabelecidas. Ou seja, o volume anual originado pelas ESC equivale a cerca de 0,16% do crédito concedido pelos bancos às MPE – uma disparidade colossal. Mesmo programas específicos dos bancos públicos superam em muito as ESC: por exemplo, o Pronampe (linha de crédito especial para pequenos negócios) liberou R\$ 37 bilhões em 2022, dezenas de vezes mais que todo o segmento de ESC no mesmo período. Esses dados deixam claro que, apesar do crescimento no número de ESCs, sua participação de mercado em volume ainda é insignificante frente aos bancos. As pequenas empresas continuam obtendo quase toda sua oferta de crédito dos bancos convencionais e agências de fomento, enquanto as ESCs desempenham por ora um papel complementar e local. No entanto, o simples fato de terem movimentado mais de meio bilhão de reais em poucos anos de operação demonstra um potencial de escala caso o modelo seja fortalecido e expandido.

Crédito concedido no Brasil em 2022

ESCs	582 Mi
Bancos	366 Bi

A concentração bancária no Brasil tem mostrado sinais de redução. Em 2023, as quatro maiores instituições financeiras detinham 57,8% das operações de crédito, uma diminuição em relação aos 58,6% de 2022 e 58,9% de 2021. Essa tendência reflete o aumento da participação de cooperativas de crédito e instituições não bancárias no mercado. Apesar dessa desconcentração, os grandes bancos ainda dominam o crédito empresarial, impactando o acesso das MPEs a financiamentos. A redução da concentração bancária pode abrir espaço para que ESCs e outras iniciativas ampliem sua atuação, diversificando a oferta de crédito e atendendo segmentos menos contemplados pelas grandes instituições.

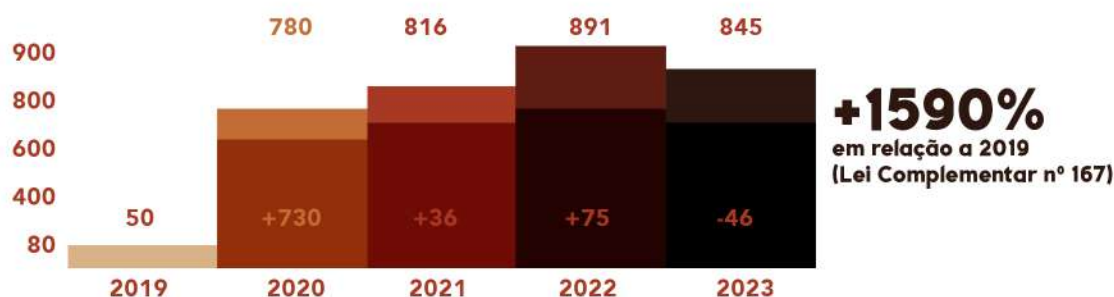
Operações de Crédito no Brasil em 2023

Outras instituições	42,2%
4 maiores bancos	57,8%

2. Ascensão das ESCs e Formação da Taxa de Juros

O forte crescimento das ESCs no Brasil, cujo número saltou de 50 registradas em 2019 para 845 em 2023, um acréscimo de 1590% em relação a 2019, reflete a consolidação de um modelo de crédito mais ágil e próximo das necessidades dos empreendedores de pequeno porte. Essa expansão demonstra que tais instituições, desde a promulgação da Lei Complementar nº 167, têm se mostrado altamente competitivas, pois conseguem estruturar linhas de financiamento alinhadas às condições dos tomadores, ao mesmo tempo em que se beneficiam de custos operacionais enxutos e maior liberdade na definição de taxas de juros. Nesse contexto, os dados do Banco Central indicam que os juros bancários para MPE podem superar 40% ao ano em modalidades tradicionais, chegando a patamares proibitivos em produtos como cheque especial (superiores a 300% ao ano). As ESCs, por outro lado, ajustam suas taxas de acordo com o risco de cada operação, propondo alternativas significativamente mais acessíveis, dada sua proximidade ao mercado local e capacidade de precificação individualizada.

Evolução números de ESCs registradas no Brasil



Para incrementar ainda mais essa capacidade de precificação e assegurar uma análise de crédito sofisticada, a adoção de ferramentas tecnológicas baseadas em inteligência artificial pode oferecer um diferencial competitivo. Esses softwares realizam avaliações automatizadas de dezenas de parâmetros – incluindo histórico de pagamento, comportamento financeiro e índices macroeconômicos, permitindo maior assertividade no cálculo do spread necessário para cobrir custos e riscos. Além disso, o acesso a bases de dados como bureaus de crédito e a possibilidade de análises em tempo real auxiliam as ESCs a definirem taxas equilibradas, que contemplam tanto a rentabilidade esperada pelos sócios quanto a capacidade de pagamento do tomador. Dessa forma, a inteligência artificial confere previsibilidade e reduz o viés humano, ampliando a eficiência operacional e contribuindo para consolidar o papel das ESCs como um dos principais agentes de fomento ao crédito para micro e pequenas empresas no país.

Formação de Taxas de Juros nas ESCs: Tecnologia e IA para oferecer Crédito Competitivo

Atuavam em outras atividades

86%

Não atuavam em outras atividades

14%

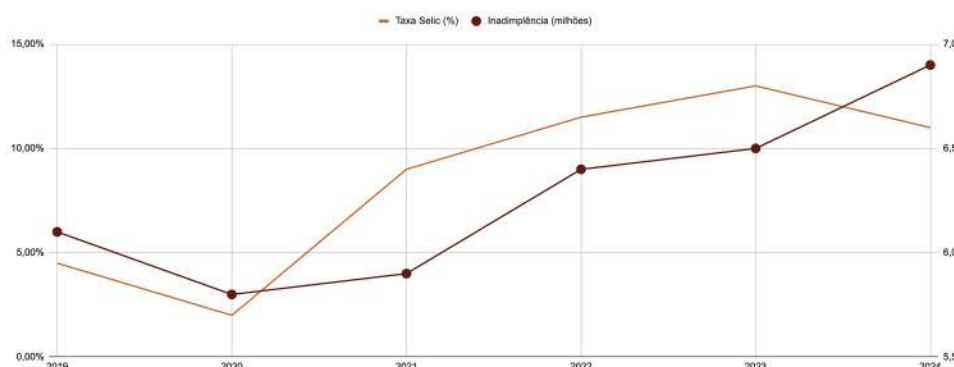
Importante destacar que, segundo pesquisa do Sebrae realizada em 2020, cerca de 86% dos proprietários de ESC também atuavam em outras atividades relacionadas a crédito e/ou mercado financeiro, como factoring, financeiras ou empresas de cobrança. Esse dado evidencia que o público empreendedor desse segmento já possuía experiência prévia com concessão de crédito e busca, com o modelo da ESC, ampliar sua atuação de forma formalizada, com maior segurança jurídica e estrutura regulatória.

A familiaridade com o perfil de tomadores de crédito e com os riscos envolvidos nas operações permite que esses agentes operem com maior eficiência e agilidade, além de contribuírem para o desenvolvimento local com práticas mais alinhadas às realidades do pequeno empresário. A entrada desses profissionais reforça ainda mais a vocação das ESCs como instrumentos estratégicos de descentralização e democratização do crédito no Brasil.

3. Juros Altos, Risco de Crédito e Oportunidades para ESCs

O Brasil atravessa um período de juros básicos elevados, o que encarece o crédito e pressiona a saúde financeira das empresas. Taxas Selic na casa dos dois dígitos aumentam o custo dos empréstimos e reduzem a capacidade de pagamento dos tomadores. Esse cenário afeta especialmente os microempreendedores individuais (MEIs) e microempresas, que têm menor acesso a crédito e enfrentam mais dificuldade em obter condições favoráveis nos grandes bancos. Como consequência, a inadimplência entre as empresas atingiu patamares recordes: ao final de 2024, 6,9 milhões de empresas estavam inadimplentes (31,6% do total de companhias), a maior marca da série histórica. A relação entre juros altos e inadimplência fica evidente, a elevação agressiva da Selic pós-2021 coincidiu com um salto no número de empresas com dívidas em atraso. Apesar dessas dificuldades macroeconômicas, o mercado de crédito para os pequenos negócios mostrou notável resiliência. Nos últimos anos, mesmo com juros elevados, o volume de empréstimos para MEIs e microempresas cresceu significativamente, refletindo a necessidade de capital de giro e investimento desse segmento. Entre abril de 2020 e setembro de 2022, foram concedidos R\$ 886 bilhões em crédito aos pequenos negócios – um volume 45% maior do que o observado no período equivalente antes da pandemia. Além disso, o número de pequenos empreendimentos que acessam financiamento atingiu níveis inéditos: no terceiro trimestre de 2022, cerca de 7,3 milhões de pequenos negócios eram tomadores de crédito, 1,5 milhão a mais que no início de 2020. Esses dados mostram que, mesmo com juros elevados, a demanda por crédito permanece aquecida, revelando oportunidades para novos atores suprirem essa necessidade.

Relação entre Taxa Selic e inadimplência de Pequenas Empresas (2019-2024)



A despeito do aquecimento na demanda por crédito, o atual contexto econômico impõe desafios consideráveis para projetar com precisão a trajetória futura da taxa de juros no Brasil. A incerteza fiscal, a volatilidade do cenário internacional, marcada por tensões geopolíticas e mudanças na política monetária de grandes economias e os desdobramentos das políticas domésticas tornam o ambiente macroeconômico sensível a choques. No entanto, há sinais moderadamente positivos que permitem vislumbrar um ambiente de juros mais baixos no médio prazo. A convergência da inflação para a meta, combinada com a desaceleração da atividade econômica e esforços graduais de ajuste fiscal, tem aberto espaço para cortes adicionais na Selic. As projeções do mercado, como indicam os dados do Relatório Focus, já apontam para uma trajetória de queda da taxa básica ao longo de 2025, ainda que de forma cautelosa. Embora o cenário ainda exija prudência, esse viés de baixa tende a aliviar o custo do crédito nos próximos trimestres, criando um ambiente mais favorável para a expansão do financiamento a micro e pequenas empresas. Nesse contexto, instituições ágeis e próximas da realidade local, como as ESCs, ganham ainda mais relevância ao oferecer soluções personalizadas e acessíveis para esse público.

Crédito para MEIs e Microempresas - Comparativo Pré vs Pós início da Pandemia

30 meses Pré-Pandemia

610 Bilhões

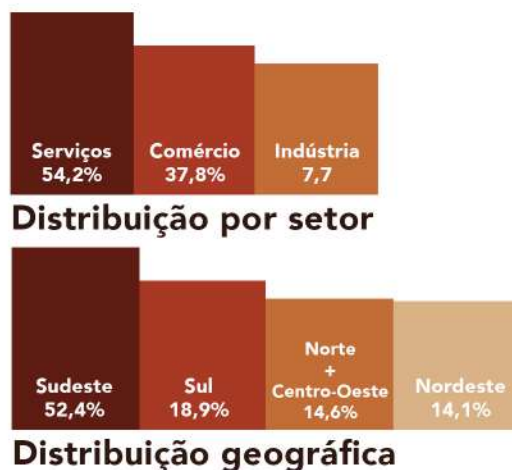
30 meses Pós-Pandemia

886 Bilhões

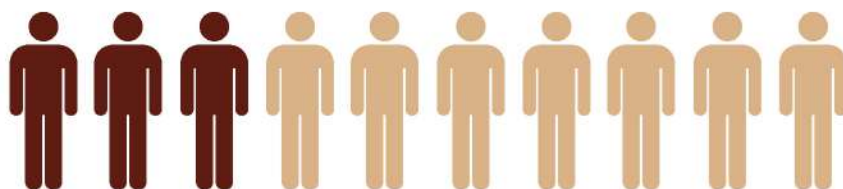
Mesmo com a taxa básica de juros brasileira em patamar historicamente elevado nos últimos anos (encarecendo o crédito e pressionando o fluxo de caixa), a inadimplência das empresas de menor porte parece ter se acomodado, não mais piorando. Em março de 2024 havia cerca de 6,3 milhões de micro e pequenas empresas (MPEs) com contas em atraso – número alto, porém estável desde o final de 2023. Esse quadro evidencia a resiliência de muitos pequenos negócios, mas também reforça o risco de crédito latente: mais da metade das MPEs negativadas atua no setor de serviços (54,2%), seguido pelo comércio (37,8%) e indústria (7,7%). Geograficamente, a concentração acompanha a economia: a região Sudeste responde por 52,4% dos pequenos negócios inadimplentes, enquanto Norte e Centro-Oeste somam juntas menos de 15%.

Vale notar que empreendimentos de menor porte são naturalmente mais suscetíveis à inadimplência, por contarem com menos capital de reserva e, muitas vezes, gestores iniciantes – fatores que agravam a vulnerabilidade em cenários de crédito caro. Ou seja, juros altos ampliam o risco nesse segmento, mas, paradoxalmente, também criam uma demanda reprimida por soluções de financiamento mais adequadas.

**6,3 milhões
de MPEs com
contas em
atraso**



Do lado da oferta tradicional de crédito, o atual ciclo de juros elevou a seletividade e a cautela das instituições financeiras. Em julho de 2023, apenas 3 em cada 10 pequenos empresários que buscaram empréstimo obtiveram sucesso – a pior taxa de aprovação desde o início da série. Essa dificuldade de acesso cresceu mesmo com a demanda aquecida, indicando que muitos pedidos foram negados pelos bancos. Não por acaso, o próprio Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central alertou que o cenário de juros altos e endividamento elevado “requer cautela e diligência adicionais na concessão de crédito”, dado os níveis atuais de inadimplência e comprometimento de renda.



**Apenas 3 em cada 10
pequenos empresários
obtiveram empréstimo
em julho de 2023**

Os grandes bancos voltaram a adotar uma postura conservadora com as MPEs no pós-pandemia, focando na qualidade dos empréstimos e reduzindo o apetite ao risco. De fato, o Banco Central destaca que a materialização do risco de crédito tem ocorrido principalmente nas operações com micro, pequenas e médias empresas – exatamente o público que mais precisa de financiamento neste ciclo desafiador. Nesse contexto, não surpreende ouvir do presidente do Sebrae que “não podemos imaginar que o dono de uma micro ou pequena empresa possa obter crédito com essas taxas de juros atuais”¹¹. Em suma, muitas MPEs enfrentam um duplo obstáculo: juros bancários proibitivos e crédito escasso devido ao maior rigor na análise de risco.

Por outro lado, essa lacuna criada pelos bancos está abrindo oportunidades consideráveis para as ESCs e demais agentes alternativos. Na visão do Sebrae, é fundamental “apoiar e estimular o surgimento de outros atores no sistema financeiro para ampliar e diversificar a oferta de crédito”, incluindo cooperativas de crédito e Empresas Simples de Crédito, que podem facilitar o acesso das MPEs aos recursos tão necessários. Em 2023 já se observou um movimento nesse sentido: cooperativas financeiras expandiram sua participação e juntas respondem por quase 30% das novas operações de crédito aprovadas para pequenos negócios no semestre, superando, em número de operações aprovadas, até mesmo alguns bancos tradicionais. As cooperativas têm se destacado por oferecer taxas menores e menos burocracia, e as ESCs seguem uma lógica semelhante – aproveitando sua proximidade com o cliente e flexibilidade operacional para atender empreendedores que ficaram à margem do crédito bancário. Ou seja, o ambiente de juros altos, que afugenta os grandes bancos, acaba se tornando um “oceano azul” para as ESCs explorarem. A demanda reprimida é significativa: milhares de pequenas empresas financeiramente viáveis procuram empréstimos e estão dispostas a buscar alternativas fora dos bancos tradicionais. Com uma estrutura enxuta e foco local, as ESCs conseguem avaliar caso a caso e precificar o risco de forma individualizada, muitas vezes viabilizando crédito onde antes não havia oferta.

As próprias ESCs têm à disposição instrumentos e estratégias para gerir o risco de crédito no ciclo atual. A legislação das ESCs permite, por exemplo, o uso de alienação fiduciária de bens do tomador como garantia das operações de empréstimo. Na prática, isso significa que a ESC pode vincular um imóvel, veículo ou outro ativo do cliente ao contrato, assegurando preferência em caso de inadimplência – uma ferramenta típica dos bancos que agora está acessível a esses empreendedores de crédito, adicionando camadas de segurança às operações sem engessá-las.

Entre janeiro e junho de 2023 o número de pequenos negócios inadimplentes recuou de 27% para 25% indicando uma leve melhora na saúde financeira dessas empresas. Criando um ambiente onde o risco pode ser gerenciado de forma otimista.

Some-se a isso o cenário econômico gradualmente mais favorável – por exemplo, pesquisas apontam que a proporção de pequenos negócios inadimplentes recuou de 27% para 25% entre janeiro e julho de 2023, indicando uma leve melhora na saúde financeira dessas empresas – e tem-se um ambiente onde o risco pode ser gerenciado de forma otimista. Em outras palavras, mesmo com juros altos, há sinais de que o pico da inadimplência já ficou para trás, especialmente entre empreendedores que atravessaram os anos recentes com sucesso.

Para investidores e gestores interessados em atuar com ESCs, o recado é animador. Os juros elevados e a cautela bancária acabaram criando um nicho de mercado pouco atendido, porém repleto de bons tomadores em potencial. As Empresas Simples de Crédito, quando bem estruturadas, podem aproveitar esse nicho unindo impacto social e rentabilidade: ao fornecer capital de giro e investimentos para MPEs que hoje não encontram suporte nos grandes bancos, as ESCs não apenas obtêm retornos atraentes (já que podem cobrar taxas competitivas, porém menores que as praticadas pelos bancos convencionais), como também fomentam o crescimento local e a geração de emprego. Evidências recentes mostram que é possível crescer com qualidade de crédito: a estabilização do número de inadimplentes e a baixa sinistralidade de programas de aval indicam que, com as garantias e ferramentas certas, o risco pode ser mantido em níveis controlados. Assim, adotando políticas robustas de análise e garantias, as ESCs conseguem transformar o risco de crédito em oportunidade de negócio. Em última instância, o atual ciclo de juros altos – que tantos veem como adversidade – pode ser encarado pelas ESCs de forma otimista, como um catalisador para inovação e crescimento: ao preencherem as lacunas do crédito para os pequenos, essas empresas se posicionam como protagonistas de um novo capítulo no mercado financeiro brasileiro, com excelentes perspectivas de ganhos sustentáveis e expansão nos próximos anos.



4. Conclusão

O crescimento expressivo das Empresas Simples de Crédito (ESCs) reflete a busca constante dos pequenos negócios por fontes de financiamento mais ágeis e menos burocráticas. Nesse ambiente, a **ESC solutions** reforça seu compromisso em oferecer soluções tecnológicas que não apenas simplificam o processo de concessão de crédito, mas também ampliam a segurança operacional, valorizando a transparência e a conformidade com as normas vigentes.

A atuação diferenciada das ESCs, pautada em modelos de análise de risco flexíveis e na proximidade com as comunidades locais, fomenta o desenvolvimento socioeconômico em todo o país. Ao disponibilizarem linhas de crédito personalizadas, com juros ajustados à capacidade de pagamento de cada tomador e lastreadas por ferramentas de inteligência artificial, essas instituições possibilitam que micro e pequenas empresas acessem capital de giro para inovar, crescer e gerar empregos.

Para sustentar essa expansão de forma segura, é fundamental adotar estratégias de mitigação de risco como fundos garantidores, alienação fiduciária e coleta inteligente de dados cadastrais e financeiros. Assim, cada operação de crédito passa a contar com um arcabouço robusto de proteção, fortalecendo a estabilidade do setor e a confiança de investidores e clientes.

Nesse cenário, a **ESC solutions** destaca-se ao oferecer soluções que integram análise sofisticada de crédito, gestão eficiente e tecnologia de ponta, permitindo que as ESCs fortaleçam ainda mais seu papel na democratização do crédito. O resultado dessa sinergia é um mercado mais competitivo e inclusivo, em que pequenos negócios passam a contar com condições melhores de financiamento e, consequentemente, maiores chances de sucesso.

Assim, conclui-se que as ESCs, amparadas pela inovação e pelo suporte de plataformas eficientes, têm condições de liderar um novo capítulo na história do crédito brasileiro. A conjunção de proximidade local, personalização e tecnologias avançadas assegura oportunidades de crescimento rentáveis e sustentáveis, impulsionando a economia nacional e abrindo portas para que empreendedores de todas as regiões tenham acesso aos recursos necessários para prosperar.

Gustavo Sepúlveda Rodrigues Sato é economista formado pela Universidade Católica de Brasília e pós-graduando em Energia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). Atua com assessoria econômica para instituições públicas e privadas, desenvolvendo análises financeiras, modelagens de dados e estudos estratégicos em políticas públicas. Participa de projetos voltados à transparência fiscal e eficiência na gestão pública, integrando ciência de dados e visualização interativa de informações.

Tiago Calcagno Saraiva é economista formado pela Universidade Católica de Brasília. Possui experiência em análises macroeconômicas e negociações internacionais no Banco Central do Brasil. Atuou no front office de investimentos da CNP Seguros Holding Brasil e em projetos de gestão empresarial na consultoria alemã Brainnest. Atualmente, contribui com iniciativas de análise de crédito para Empresas Simples de Crédito (ESC), com foco em impulsionar o desenvolvimento econômico local.